

COMIDA DE VERDADE NO CAMPO E CIDADE

BH / MG / 2018



**IVENA**

ENCONTRO NACIONAL  
DE AGROECOLOGIA

AGROECOLOGIA E DEMOCRACIA UNINDO CAMPO E CIDADE

**CARTA POLÍTICA**

E56 Encontro Nacional de Agroecologia (4.: 2018:  
Belo Horizonte)  
Carta política [do] IV ENA: agroecologia e democracia unindo campo  
e cidade. - Rio de Janeiro : AS-PTA: Articulação Nacional de Agroecologia -  
ANA, 2018.  
47 p. : il. color. ; 21 cm.

ISBN 978-85-87116-30-7

1. Agricultura – Brasil - Congressos. 2. Ecologia agrícola – Brasil -  
Congressos. 3. Agricultura sustentável – Congressos. 4. Democracia – Brasil  
- Congressos. I. Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil). II. AS-PTA  
(Organização). III. Título.

CDD 630.27450981

BH / MG / 2018



**CARTA POLÍTICA**

#### EXPEDIENTE

A Articulação Nacional de Agroecologia estimula aos leitores a livre circulação do texto aqui publicado. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial deste material, solicitamos que a “Carta Política do IV ENA - Encontro Nacional de Agroecologia” seja citada como fonte.

Texto produzido coletivamente pelos participantes do IV Encontro Nacional de Agroecologia, em Belo Horizonte (MG), realizado entre 31 de maio e 03 de junho de 2018.

**Copidesque:** Sheila Jacob

**Revisão:** Flavia Londres, Maria Emília Pacheco,  
Paulo Petersen e Viviane Brochartt

**Coordenação editorial:** Viviane Brochartt e Flavia Londres

**Projeto gráfico, capa e diagramação:** Mariana Fonseca

**Fotos:** Coletivo de Comunicação do IV ENA

**Tiragem:** 5.000 exemplares

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-87116-30-7



9 788587 116307



## AGROECOLOGIA E DEMOCRACIA UNINDO CAMPO E CIDADE

Com este lema, nós, participantes do IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), reunimo-nos entre os dias 31 de maio e 03 de junho de 2018 no Parque Municipal da cidade de Belo Horizonte (MG). Pela primeira vez, realizamos nosso Encontro em praça pública. Essa opção sinaliza nosso empenho em nos comunicarmos diretamente com o povo das cidades. Somos 2 mil pessoas, vindas de todos os estados brasileiros. Somos trabalhadores/as do campo, das florestas, das águas e das cidades, portadores/as de diferentes identidades socioculturais: povos indígenas de 38 etnias, quilombolas, agricultores/as familiares, camponeses/as, extrativistas, pescadores/as artesanais, faxinalenses, agricultores/as urbanos/as, geraizeiros/as, sertanejos/as, vazanteiros/as, quebradeiras de coco, caatingueiros/as, criadores/as em fundos e fechos de pasto, seringueiros/as, representantes de comunidades ribeirinhas, de povos tradicionais de matriz africana e povos de terreiro, técnicos/as, educadores/as, pesquisadores/as, extensionistas e estudantes, além de gestores/as públicos, representantes da cooperação internacional e aliados/as da agroecologia vindos/as de 14 países da América Latina e Caribe e da Europa. Com a presença majoritária de trabalhadores/as rurais, nosso Encontro alcançou participação paritária entre homens e mulheres, contando também com a expressiva presença das juventudes.

Vimos a Belo Horizonte para celebrar nossas lutas e conquistas. Vimos para renovar nossas esperanças. Para reforçar a unidade de um movimento constituído de tantas e tão expressivas diversidades. A agroecologia cultua e se alimenta da diversidade.

O ENA é o espaço para compartilharmos os saberes e os sonhos que trouxemos em nossas bagagens cuidadosamente preparadas em muitos e muitos encontros realizados pelo Brasil afora. Esses eventos preparatórios contribuíram para fortalecer nossas articulações e redes locais, estaduais e regionais e para atualizar a nossa identidade em torno de valores, princípios e práticas que convergem para uma mesma direção: **DEMOCRACIA E BEM VIVER**.

Ao mesmo tempo em que anunciam caminhos nessa direção, as vozes dos territórios que aqui ecoam denunciam a violência e o autoritarismo do latifúndio, dos monocultivos, da mineração, das obras de hidrelétricas e demais projetos do grande capital orientados a explorar a natureza de forma predatória para a produção de *commodities*, produtos ou bens primários comercializados nas bolsas internacionais de mercadorias e valores. Denunciam também o sistemático apoio político, econômico e ideológico dado pelo Estado brasileiro a esses projetos, em benefício de uma minoria parasitária que se alimenta de um modelo de desenvolvimento e de abastecimento alimentar socialmente excludente e comprometedor da saúde coletiva. Um modelo ancorado no chamado “livre mercado”, que concebe a terra de trabalho e de vida como uma mercadoria como outra qualquer a ser transacionada nos circuitos do capital financeiro especulativo.

Os três primeiros ENAs, realizados em 2002, 2006 e 2014, ocorreram em um período de significativas conquistas do campo agroecológico brasileiro. Apesar da não realização das reformas estruturais necessárias para a democratização do acesso aos bens da natureza, a começar pela terra, importantes políticas públicas foram conquistadas nesse período. Foram políticas inspiradas em experiências e proposições da sociedade civil que abriram caminho para a democratização do acesso a recursos públicos, contribuindo para o fortalecimento das redes de agroecologia que se fazem presentes em todo o país. Em 2012,

várias dessas políticas foram reunidas para compor a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, uma inovação institucional que se somou à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instituída desde 2006.

Os efeitos positivos dessas conquistas não tardaram a aparecer. Em pouco menos de uma década, o Brasil saiu do Mapa da Fome das Nações Unidas, em 2014. Políticas de Convivência com o Semiárido transformaram a realidade de uma região que já havia contabilizado mais de um milhão de mortes humanas pelos efeitos da seca no início dos anos 1980. Na última grande seca, finalizada no ano passado, a maior em 100 anos, temos orgulho de dizer que nenhuma vida humana foi perdida. Desde o início dos anos 1990, as lutas populares permitiram a conquista da terra para mais de um milhão e 200 mil famílias camponesas e extrativistas. Novos circuitos de escoamento da produção, amparados por compras públicas, sinalizaram estratégias para a democratização do consumo de alimentos de alta qualidade, promovendo a segurança alimentar e nutricional de segmentos da sociedade que até então tiveram esse direito negado. Políticas afirmativas deram os primeiros passos no sentido de enfrentar desigualdades históricas entre homens e mulheres no mundo rural e de reconhecer os direitos territoriais de povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

Essa trajetória virtuosa marcada por conquistas, mas também por profundas contradições, sofreu uma ruptura com o golpe parlamentar-jurídico-midiático que destituiu, em 2016, o governo eleito com mais de 54 milhões de votos. Após o golpe, assistimos ao mais poderoso cerco contra conquistas democráticas desde o Golpe Civil-Militar de 1964. No plano institucional, o efeito imediato dessa ruptura perpetrada por forças usurpadoras da democracia foi o desmonte sistemático de políticas públicas duramente conquistadas pela sociedade brasileira nos últimos 30 anos, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.



Com o Golpe de 2016, os impactos do desmonte neoliberal sobre o Estado Democrático de Direito são sentidos de forma cada vez mais aguda em nossas comunidades e territórios. O recrudescimento da violência no campo apresenta-se como a mais cruel e dolorosa evidência dessa realidade.

O número de assassinatos de companheiros/as, trabalhadores/as rurais sem-terra, indígenas, quilombolas, posseiros/as, pescadores/as, assentados/as, dentre outros, cresceu bruscamente a partir de 2015. Segundo levantamento da Comissão Pastoral da Terra, somente em 2017 ocorreram 71 assassinatos, mais que o dobro quando comparado a 2013 e o maior número desde 2003. Os números relacionados à violência contra as mulheres, LGBTIs e jovens negros/as das periferias urbanas também se multiplicam. Assistimos a manifestações explícitas de machismo, de racismo e de tantos outros preconceitos. O flagelo da fome volta às manchetes. O número de desempregados/as e de desalentados/as não para de subir. Ondas de conservadorismo se disseminam na sociedade, impulsionadas por um perfil de mídia que desinforma, despolitiza e estimula a intolerância.

O IV ENA foi convocado e organizado nesse contexto crítico da vida nacional. Enfrentamos sérias dificuldades para viabilizar materialmente o nosso Encontro e o seu processo preparatório. Mas sabíamos da importância de nos superarmos para realizá-lo. Essa superação veio da capacidade de mobilização das energias militantes alimentadas em nossas lutas cotidianas pela agroecologia e pela construção da democracia, nas florestas, nas águas, no campo e na cidade. Veio do espírito combativo de

cada pessoa e organização que, de forma criativa e cooperativa, contribuiu para a construção e realização do Encontro.

Esse espírito foi colocado à prova na semana que antecedeu o IV ENA, quando o país praticamente parou pela interrupção do fornecimento de combustíveis em razão do movimento de paralisação dos caminhoneiros. Entre os muitos aspectos revelados por este episódio, um foi destaque no IV ENA: a vulnerabilidade e a insustentabilidade do sistema de produção e abastecimento alimentar imposto por um conjunto restrito de corporações do agronegócio. A natureza antipopular e antiecológica do modelo que desconecta a produção do consumo alimentar e o campo da cidade foi exposta pela crise de desabastecimento gerada em poucos dias de paralisação. Um sistema de distribuição que depende do transporte a grandes distâncias e do consumo voraz de combustíveis fósseis, fazendo com que os territórios importem cada vez mais o que consomem e exportem cada vez mais o que produzem.

As vozes dos territórios ouvidas em nosso Encontro mostraram como a agroecologia vem sendo construída em todas as regiões do país, em formas de resistência criativa colocadas em prática pelas nossas organizações e redes, e se constitui como uma alternativa a esse sistema homogeneizador e autoritário. Além de contribuir diretamente para o alcance da soberania e da segurança alimentar e nutricional do povo, elas mostraram como as redes territoriais de agroecologia são decisivas na construção da sociedade justa, igualitária e sustentável pela qual lutamos. Ao mesmo tempo, essas vozes denunciaram o golpe e o processo de desconstrução de direitos em curso.



## COMIDA DE VERDADE NO CAMPO E NA CIDADE: CAMINHOS E DIÁLOGOS ENTRE A AGROECOLOGIA E A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Tal qual estruturado atualmente, o sistema alimentar global retira o papel regulador dos Estados e concentra poder nas grandes corporações, que controlam as sementes, os insumos e o varejo de alimentos, padronizando as identidades alimentares dos povos. A perspectiva do lucro se sobrepõe a do alimento como direito, como cultura. A fome voltou à cena da sociedade brasileira e os produtos ultraprocessados dominam as dietas, principalmente de nossas crianças. Grande parte da população, especialmente a urbana, desconhece os alimentos regionais, típicos dos vários biomas brasileiros. Por outro lado, povos e comunidades tradicionais, agricultores/as familiares e camponeses/as vêm sofrendo com o desmonte das políticas públicas de apoio à comercialização, além da histórica dificuldade de formalização de suas agroindústrias artesanais e de adaptação a uma legislação sanitária que não se adequa a suas práticas tradicionais de produção e transformação dos alimentos.

O redesenho dos sistemas agroalimentares se faz a partir do enfoque agroecológico e de circuitos de proximidade de comercialização. Novos coletivos se organizaram e por todo o país formaram-se redes e experiências coletivas inovadoras de formação de circuitos de troca, distribuição e comercialização.

São experiências que resgatam as identidades alimentares regionais e reforçam a noção de comida como patrimônio biocultural e alimentar. Os sistemas alimentares que queremos são aqueles que produzem comida de verdade no campo e na cidade, que valorizam a agrobiodiversidade, os alimentos *in natura* e regionais, com o protagonismo das mulheres, o respeito à ancestralidade negra, indígena e às tradições de todos os povos e comunidades tradicionais, além do resgate das identidades, memórias e culturas alimentares próprias da população brasileira. Comida de verdade não mata nem por veneno, nem por conflito.



## DIREITO À TERRA E AO TERRITÓRIO: CONFLITOS E RESISTÊNCIA DOS POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DA FLORESTA

O IV ENA foi o espaço de debate sobre a construção de territórios da agroecologia e suas redes nos vários biomas, enfatizando a luta contra a privatização dos bens comuns.

Lutar, resistir e ocupar para garantir a soberania popular e manter os territórios e a terra dos povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, agricultura familiar e camponesa. Lutar, resistir e ocupar são palavras que ecoaram nas falas e nas experiências de defesa dos lugares de vida, de produção e de existência coletiva. Esses são locais de resistência frente aos retrocessos nos direitos à terra e ao território no país. E foi destacada a importância de se construir no IV ENA, pela primeira vez, um espaço de debates e apresentação de experiências sobre o território do litoral e seus povos.

Ouvimos fortes denúncias de violência, criminalização dos movimentos sociais, impactos dos projetos de mineração, desmatamento pela ação das madeiras, impactos dos grandes projetos de barragens, sobreposição de Unidades de Proteção Integral sobre as comunidades tradicionais e outras experiências que eliminam formas de produzir sustentáveis, provocam a degradação territorial e a fragmentação das comunidades.

A violência institucionalizada e as manifestações do racismo ambiental, criminalizando saberes e práticas tradicionais dos povos, que muitas vezes são impedidos de plantar ou de fazer a pesca tradicional, pressionados por órgãos de proteção ambiental, continuam acontecendo.

O Brasil acaba de completar 130 anos de abolição da escravidão, mas não conseguiu reparar a dívida com os povos quilombolas e negros/as escravizados/as, do ponto de vista político e de direitos. A tradição de matriz africana e os modos de produção nos quilombos demarcam que a agroecologia tem raízes nos saberes dos homens e das mulheres africanos/as que vieram para o Brasil.

O cenário de violação de direitos agravou-se também após a aprovação da Lei Nº12.465/2017, a Lei da Grilagem, que tem estimulado a venda e a individualização de lotes dos assentamentos da Reforma Agrária, facilitando processos de espoliação dos povos e posterior especulação fundiária e imobiliária, bem como o avanço de grandes projetos de infraestrutura e mineração.

Os territórios de uso coletivo estão sob constante ameaça. Por isso, há um chamado dos povos e comunidades tradicionais



para o apoio às suas lutas, unindo campo, floresta e cidade e expressando a defesa dos bens comuns, dos direitos coletivos e difusos e da democracia. O apoio às demarcações de terras indígenas e territórios quilombolas e o reconhecimento dos territórios pesqueiros e das Unidades de Conservação de Uso Direto e Sustentável, bem como dos assentamentos da Reforma Agrária e dos assentamentos extrativistas, são estratégicos também para a defesa da soberania alimentar.

Para os povos indígenas, a terra e tudo o que há na natureza são fontes de vida que demandam cuidados com o espaço sagrado, promovendo uma relação harmônica e recíproca entre o homem e a natureza. Os/As indígenas repudiam todas as formas de exploração que ocorrem com a Terra Mãe e defendem os territórios imemorialmente agroecológicos.

As comunidades quilombolas reconheceram que a agroecologia é uma prática cultural ancestral e produtiva dos quilombos e é preciso defender seus territórios como modo de vida e de bem viver, pois, sem a terra, o quilombo não sobrevive.

As experiências mostraram a importância das propostas dos protocolos comunitários, que garantem a integridade territorial e a consulta livre, prévia e informada, tal qual prevista pela Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), em situações em que a terra e o território estejam ameaçados. Mostraram também o acerto das estratégias como os planos de gestão territorial, as autodemarcações e as ocupações de terra.

Essas ações são lutas e instrumentos estratégicos para a Reforma Agrária e afirmação de Direitos Territoriais. Respondem às especificidades territoriais e identitárias e contribuem para construir a autonomia e o autogoverno dos povos e comunidades para gerirem seus territórios.

Os debates também reafirmaram a importância da assinatura da petição em defesa do Cerrado e da Caatinga como Patrimônio Nacional (PEC N°504/2010) e sua ampla divulgação. A proposta de construção do Tribunal dos Povos em Defesa dos Cerrados e Savanas pela Campanha em Defesa do Cerrado, em 2019, em diálogo com aliados de outras savanas, foi também apoiada.



## ÁGUA E AGROECOLOGIA: EM DEFESA DAS ÁGUAS COMO BEM COMUM

O modelo de desenvolvimento neoextrativista imposto pelas grandes corporações tem levado à expansão do agrohidronegócio, da mineração e das obras de infraestrutura sobre os territórios de diversos povos e comunidades tradicionais em todo o país. Esses efeitos trazem impactos diretos na natureza e na vida dos povos, através do desmatamento, da alteração da dinâmica dos rios, da exploração dos aquíferos e da grave contaminação das águas por agrotóxicos e metais pesados. Esse processo de privatização se intensifica com o Golpe de 2016. Neste momento, o governo Temer já negocia a privatização do Aquífero Guarani para grandes empresas e pressiona os governos estaduais a privatizarem seus sistemas de abastecimento de água e de saneamento.

A disputa pela água é a disputa pelo território. Há resistências populares, como a luta do povo de Correntina, no oeste da Bahia, que se levantou contra a expropriação da água do Rio Arrojado pela empresa do agronegócio Fazenda Igarashi, que utiliza em apenas um dia o mesmo volume de água que os 31 mil habitantes consomem em um mês! Outro exemplo é a defesa do Quadrilátero Aquífero da Serra do Gandarela, onde a mineradora Vale tenta implantar um grande empreendimento, Mina Apolo, ameaçando o abastecimento de água de 5 milhões de pessoas da região metropolitana de Belo Horizonte.

As muitas experiências de resistência, denúncias e anúncios, espalhadas por todo o território brasileiro, são expressões do campo agroecológico de defesa, preservação, gestão e uso comunitário das águas. No entanto, essas ações vêm sofrendo com os cortes de recursos impostos pelo Governo Federal, como os que vêm sendo impostos às iniciativas da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), que atua junto às comunidades rurais do Semiárido buscando a convivência com a região e não o combate à seca, a partir da cultura do estoque e reuso da água das chuvas, das sementes, da forragem para os animais e dos alimentos.

Entendemos que pode haver maior organicidade entre a Articulação Nacional de Agroecologia e as redes parceiras para o desenvolvimento de um conjunto de ações em defesa das águas e preservação dos aquíferos, potencializando as campanhas já existentes, como a Campanha em Defesa do Cerrado, pela criação de áreas livres de mineração e agronegócio, e para a preservação do meio ambiente e do modo de vida de povos e comunidades tradicionais.

Defendemos outro tipo de gestão das águas como bem comum a serviço dos povos!



## AGRICULTURAS URBANAS, AGROECOLOGIA E DIREITO À CIDADE

As populações de periferias e comunidades tradicionais em espaços urbanos sofrem de pungentes carências, que vão desde a ausência de infraestrutura básica – como saneamento, acesso à água, à energia elétrica e à terra – a situações de conflito com o impacto dos megaeventos, dos grandes empreendimentos e das dinâmicas imobiliárias locais que resultam em remoção e expulsão da população. A vulnerabilidade nesses territórios se intensifica com as dificuldades no acesso aos espaços de participação social; falta de mobilidade urbana; falta de segurança urbana e a militarização da cidade.

É nesse contexto excludente que afirmamos a agricultura urbana como espaço de disputa na produção da cidade, que confronta a mercantilização e privatização dos espaços urbanos e anuncia novas perspectivas na relação entre campo e cidade.

Reconhecemos a diversidade de espaços, sujeitos e motivações (como o trabalho individual em quintais, o trabalho coletivo em hortas comunitárias e a produção em terrenos desocupados e ocupações urbanas) que desenvolvem novos usos para o espaço da cidade e se apresentam como estratégia na luta pelo direito à cidade.

Ressaltamos o protagonismo das mulheres na construção da agroecologia urbana e no fortalecimento das experiências que se

constroem a partir dos intercâmbios e dinâmicas locais, promovendo a conservação das práticas culturais alimentares tradicionais e a garantia do acesso ao território e às sementes crioulas.

Entendemos que a agroecologia urbana é ferramenta essencial na promoção da autonomia das comunidades, ao favorecer a geração de renda e as alternativas de segurança alimentar e nutricional e de abastecimento. As experiências demonstram a conexão da produção de alimentos com a reorganização do espaço urbano, conformando-se como estratégia de produção dos espaços da cidade de forma democrática e popular.

O diálogo da agricultura urbana se dá também com outras lutas urbanas e movimentos sociais, como ocupações urbanas e coletivos de luta por moradia; movimentos de catadores/as, carroceiros/as; e os movimentos de luta pela terra. De forma similar, reconhecemos a oportunidade de aproximação a outros temas, como o bem estar animal, a saúde humana e a gestão ambiental.

Afirmamos, portanto, que a agroecologia urbana deve ser política, crítica e emancipatória, de forma a construir a democracia a partir do trabalho coletivo, comunitário e articulado a outras lutas e movimentos!



## **BIODIVERSIDADE: BENS COMUNS, SOBERANIA ALIMENTAR E TERRITORIAL DOS POVOS DO BRASIL**

Vários desafios estão colocados às diferentes iniciativas locais, territoriais ou articuladas em bioma, voltadas ao manejo sustentável da biodiversidade, em um cenário marcado por diversas pressões decorrentes: (i) do avanço do agronegócio, da mineração e das grandes obras de infraestrutura; (ii) do cercamento da biodiversidade e dos conhecimentos a ela associados, através de marcos regulatórios cada vez mais restritivos à livre utilização desses recursos; (iii) da ampliação do poder das grandes corporações sobre o setor de insumos, particularmente sobre a produção de sementes e mudas; (iv) do surgimento de novas tecnologias de manipulação da vida, disseminadas sem uma análise rigorosa dos perigos que elas podem causar para a saúde e o ambiente; (v) da crescente flexibilização das leis que deveriam regular o uso de agrotóxicos; (vi) da erosão da diversidade agrícola e alimentar, que compromete a nossa alimentação, tanto no que diz respeito ao seu conteúdo nutricional quanto em sua diversidade cultural.

Em meio a esse cenário de profundas rupturas no funcionamento das instituições democráticas, parece-nos fundamental destacar o significativo acúmulo de conhecimentos, experiências e formas de organização social voltados ao manejo da biodiversidade, desenvolvidos nos últimos anos no contexto das redes de agroecologia, incluindo: bancos e feiras de sementes; práticas de manejo agroflorestal; iniciativas de produção, processamento e comercialização de produtos da agrobiodiversidade; projetos e metodologias voltados ao melhoramento participativo de diferentes cultivos; construção coletiva de protocolos

bioculturais; fortalecimento dos quintais produtivos e do trabalho das mulheres sob uma perspectiva feminista; experiências voltadas à valorização da biodiversidade através da gastronomia; elaboração de propostas de legislação visando proteger os direitos dos camponeses/as, agricultores/as familiares e povos e comunidades tradicionais no acesso à biodiversidade; e formulação e implantação de instrumentos de políticas públicas voltados à promoção da biodiversidade, como compra das sementes crioulas através dos mercados institucionais.

Essas iniciativas geram benefícios para o conjunto da sociedade, na produção de alimentos saudáveis, na recuperação e conservação das fontes de água, no manejo sustentável dos biomas, na democratização do uso da terra, na geração de trabalho digno e renda e na afirmação da diversidade de identidades e culturas.

A sociedade brasileira deve refletir acerca dos riscos que estão associados à continuidade do atual modelo de agricultura e de ocupação dos espaços rurais, que compromete os modos de vida das populações que trabalham e vivem no campo, como também a capacidade das populações urbanas de enfrentar os efeitos entrelaçados da crise econômica e ambiental. Reafirmamos a necessidade do reconhecimento da biodiversidade como um bem comum e como um componente fundamental na construção de alternativas sustentáveis de produção e consumo, que nos permite valorizar práticas em andamento e vislumbrar caminhos futuros.



## SAÚDE INTEGRAL E MEDICINA TRADICIONAL

O momento político requer união em defesa dos conhecimentos tradicionais e dos saberes ancestrais, dos quais todas/os somos herdeiras/os. Todas as comunidades possuem uma história, cujas raízes e conexões estão fragilizadas. É urgente nosso povo reconhecer sua identidade e sua história para se fortalecer na resistência aos golpes que sofremos. As práticas tradicionais de saúde estão presentes em todo o país, no campo e na cidade, e as mulheres são protagonistas tanto nas ações de cuidado, quanto na articulação de redes de cuidadores/as e na proteção e transmissão desses conhecimentos.

É preciso construir e fortalecer redes locais, regionais e nacional que assegurem a autonomia de parteiras, raizeiros/as, benzedeiros/as, curandeiros/as, mateiros/as e homeopatas populares, agricultores/as familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, para que possam seguir praticando e repassando seus conhecimentos no cuidado da saúde da família, da comunidade e da terra, assim como assegurando o livre uso e acesso às riquezas naturais nos diferentes territórios. Devemos reconhecer a importância desses ofícios na prestação de saúde comunitária, na preservação do conhecimento culturalmente acumulado e

na proteção da biodiversidade e das águas dos territórios onde vivem os povos e comunidades praticantes da medicina tradicional e popular. A medicina tradicional tem papel central na construção da agroecologia e assim deve ser reconhecida. É uma prática transmitida de mãe para filha, que trabalha a ancestralidade, a espiritualidade e a fé. Esses saberes não podem cair no caminho da mercantilização, assim como essas práticas tradicionais não devem ser reguladas ou submetidas a leis que não respeitam os diferentes modos de vida e que violam o direito à consulta prévia, assegurado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Exigimos uma política pública específica, construída a partir de uma ampla mobilização, de forma apropriada, que assegure a participação efetiva desses sujeitos de direito de praticar a medicina tradicional e popular. Os protocolos comunitários, reconhecidos pela Lei Nº13.123/2015, são importantes instrumentos políticos que devem ser apropriados pelos/as detentores/as desses saberes tradicionais e ser utilizados para visibilizar essas práticas e incidir em políticas públicas relacionadas à gestão e à proteção de seus conhecimentos tradicionais.



Nesse contexto, propomos intensificar o diálogo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), órgão de regulação e fiscalização que promove a segurança sanitária de produtos para a promoção da saúde, tendo em vista a revisão e a ampliação da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) N°49/2013, incluindo as práticas tradicionais de cuidado da saúde e a preparação de remédios caseiros, na perspectiva de uma abordagem de vigilância prioritariamente orientadora. Faz-se necessário que o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária assuma as diretrizes da RDC N°49/2013, entre elas a da razoabilidade quanto às exigências aplicadas, e que reconheça a prática da medicina tradicional em toda a sua dimensão cultural, a fim de proteger as diferentes formas de produzir cuidado em saúde e preservar costumes, hábitos e conhecimentos tradicionais, respeitando e valorizando o multiculturalismo dos povos e comunidades tradicionais e dos/as agricultores/as familiares.

A plenária desse seminário temático reconhece que a medicina tradicional tem raízes na agricultura familiar e que a agroecologia é uma prática natural de oferta de alimentos saudáveis que promovem a saúde e previnem doenças. A segurança alimentar constitui um dos primeiros cuidados para a manutenção da saúde comunitária. Os saberes tradicionais sempre contribuíram

para combater as principais endemias locais provenientes da exclusão social e de impactos sociais que violam os direitos de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e agricultores/as familiares.

E, por isso, precisamos ampliar também o debate no campo científico. Precisamos de uma ciência comprometida com o povo e o cuidado com os nossos bens comuns, dos quais depende a manutenção da vida no planeta, principalmente diante dos atuais e graves problemas ambientais e globais, como as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade e a desertificação, bem como seus importantes impactos na saúde humana e na diversidade biológica, nos recursos fitogenéticos e alimentares e em seus ambientes.

Ainda no campo da saúde, os/as participantes do ENA manifestaram apoio à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que é um tratado de saúde pública ratificado pelo Brasil em 2006. Essa Convenção trata, em específico, da diversificação das áreas cultivadas com tabaco e da saúde das famílias produtoras de fumo para a preservação da vida como um bem maior do ser humano. Esse processo deve ser orientado para o apoio e desenvolvimento de experiências em agroecologia.



## SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA

As mulheres reafirmaram seu lema mostrando que o feminismo é a ideia radical de que as mulheres são gente e que não é possível fazer agroecologia sem considerar suas vidas, experiências e trabalhos produtivos e reprodutivos. A partir do exemplo da constituição e organização do Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), vimos a importância da auto-organização das mulheres na luta pelo reconhecimento e valorização de sua contribuição histórica para a agricultura, a preservação dos bens comuns e o trabalho de sustentabilidade da vida, com grande papel na construção e fortalecimento do movimento agroecológico.

A experiência de sistematização da produção de mulheres rurais e urbanas, realizada pelas Cadernetas Agroecológicas, mostrou a força desse instrumento não apenas de monitoramento, mas de luta das mulheres para mostrar sua contribuição econômica; ressignificar e valorar os sentidos da produção e relações de reciprocidade; sistematizar sua importância para a geração de renda; dar maior autonomia para decidir sobre as questões da comercialização e na gestão do dinheiro; e enfrentar situações de violência.

Já a “Campanha Pela Justa Divisão do Trabalho Doméstico” surge através da necessidade de discutir a invisibilidade dos trabalhos das mulheres e de mostrar como os trabalhos domésticos e de

cuidados continuam sendo realizados quase que exclusivamente pelas mulheres, limitando suas possibilidades de participação social, política, de lazer e de autocuidado. Essa campanha é, então, um instrumento de luta para que as mulheres possam se apropriar da discussão sobre a divisão sexual do trabalho e, coletivamente, pautar esse debate para toda a sociedade.

No IV ENA, as mulheres afirmam que não admitirão mais nenhum tipo de violência, opressão, invisibilização, isolamento e discriminação, retomando o lema “Não matem as formigas, não maltratem as mulheres”.

Com firmeza, as mulheres negras expõem o quanto ainda é mais cruel a violência sofrida por elas e a urgência de que o movimento agroecológico afirme também o lema: “Se tem racismo não há agroecologia”. Elas destacam a importância de a agroecologia considerar o corpo das mulheres também como um território a ser defendido, como reivindicam as mulheres indígenas e as que integram povos e comunidades tradicionais.

Por fim, foi enfatizada a necessidade da construção de um feminismo plural que incorpore as lutas antirracista, anti-LGBTIfóbica e anticapitalista na defesa de democracia e dos direitos historicamente conquistados.



## AGROTÓXICOS E TRANSGÊNICOS

A pulverização aérea de agrotóxicos tem sido utilizada como estratégia de ataque do agronegócio às populações indígenas, camponesas e quilombolas em áreas de conflitos e retomadas. Essa estratégia se configura como um atentado contra a vida, assumindo características criminosas e visando fragilizar (muitas vezes, com riscos de morte) as populações que lutam pelo direito à terra. Denunciamos também a morte das abelhas como consequência do uso de agrotóxicos, ameaçando não só a atividade econômica de milhares de apicultores/as, como também o futuro da humanidade, que entrará em colapso sem a polinização.

A semente crioula faz parte da história dos/as camponeses/as. Experiências exitosas de agroecossistemas historicamente construídos, que dependem dessas sementes, estão sendo erodidas pela contaminação transgênica. As ameaças crescem com alterações nas normas legais, conduzidas por uma bancada ruralista que pretende alterar a Lei de Proteção de Cultivares (Lei N°9.456/1997), descaracterizar a Lei dos Agrotóxicos (Lei N° 7.802/1989) e eliminar a rotulagem dos alimentos transgênicos (regulamentada pelo Decreto N°4.680/2003 e definida pelo Ministério da Justiça via a Portaria N°2.658/2003), ameaçando direitos humanos e negando à sociedade acesso a informações cruciais para a saúde humana e ambiental.

No âmbito da luta no Legislativo, vemos a necessidade de ampliar a já intensa mobilização da sociedade contra o Projeto de Lei N° 6.299/2002 (Pacote do Veneno), assim como a luta em favor da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (Projeto

de Lei N° 6.670/2016). Somente a pressão da sociedade pode reverter o avanço do agronegócio na destruição da legislação e criar marcos regulatórios que viabilizem o fim dos agrotóxicos e a construção da agroecologia.

No mesmo sentido, defendemos a revisão da tributação fiscal sobre os agrotóxicos, que estão isentos ou com elevada redução tributária no Brasil, como, por exemplo, nos casos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e das reduções no Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), que enfraquecem as receitas públicas em benefício das indústrias do veneno.

A sociedade organizada deve reagir a esses movimentos, buscando informações que alimentem a consciência e estimulem a luta popular em defesa dos direitos ameaçados e do futuro comprometido.

Para além das nossas fronteiras, destacamos a necessidade de articulação de lutas comuns, a exemplo das propostas de interação da Plataforma Ñamoseke Monsanto (Fora Monsanto) – que envolve movimentos sociais do campo e da cidade, no Paraguai – com a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, no Brasil. E ainda a sugestão de maior divulgação das denúncias, junto aos aliados na Alemanha, dos impactos do agronegócio no Brasil, especialmente nesse contexto da fusão Bayer-Monsanto. Destacou-se também a importância da articulação da Campanha em Defesa do Cerrado no Brasil com a Rede Agroflorestal Chaco Argentina (Redaf).



## CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS

No campo da construção social dos mercados seguem vigorosas as iniciativas que, a partir dos espaços locais, constroem estratégias de circulação da produção agroecológica que não corroboram as práticas oligopolizadas, concentradoras de benefícios e excludentes do atual sistema agroalimentar.

Em todo o país existem experiências que articulam produção e consumo de produtos agroecológicos, em formatos diversos e criativos, sendo as feiras livres a expressão mais nítida do mercado que queremos construir, por respeitarem a diversidade local e a cultura alimentar dos povos, bem como por compartilharem os benefícios gerados pelos atos de troca, compra e venda. Essas muitas experiências de comercialização de produtos agroecológicos vêm acumulando forças e se articulando em redes, tomando uma dimensão e uma energia que visibilizam nossa capacidade de construir o novo que queremos.

Importante mencionar os processos de certificação participativa como uma conquista, por valorizar a dinâmica social das famílias e do seu entorno social, permitindo a dinamização de redes locais de conhecimento através do intercâmbio de práticas e saberes agroecológicos. Expressamos aqui a urgência de se adequar a legislação que regulamenta a certificação orgânica de

produtos extrativistas às realidades vivenciadas pelos povos e comunidades tradicionais.

Reforçamos a integração expressa nos territórios entre economia solidária e agroecologia, criando sinergias que potencializam a construção do mercado com base em valores como a solidariedade e a justiça.

No campo da Vigilância Sanitária, as experiências de aplicação da legislação, a exemplo da RDC N° 49/2013 (Resolução de Diretoria Colegiada sobre Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária), mostram-se promissoras e com alto potencial de incluir nos mercados, de forma regular, produtos processados de maneira simples e cuidadosa. O desafio mais visível neste momento é avançar para superar as barreiras sanitárias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no que diz respeito a sucos, bebidas e produtos de origem animal. O III ENA, em 2014, apontou a necessidade da retirada do MAPA da competência de regulação de bebidas e produtos agropecuários da agricultura familiar, com a imediata transferência da regulação sobre polpas de fruta para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), uma demanda que mantém sua vigência e se faz ainda mais premente no atual cenário.



## DESAFIOS E ALTERNATIVAS PARA O FINANCIAMENTO DA AGROECOLOGIA

Políticas públicas de financiamento ainda se mantêm, em grande medida, como instrumentos para difusão dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Além disso, os mecanismos de financiamento obedecem à lógica do sistema financeiro, criando crescente dependência da agricultura ao crédito bancário e à indústria agroquímica. Dessa forma, o financiamento público, frequentemente, é insensível às necessidades e sonhos das famílias agricultoras e suas organizações. Ao induzir a implementação de projetos técnicos concebidos a partir das concepções produtivistas da Revolução Verde, acabam por reforçar o patriarcado ao não considerar devidamente as demandas das mulheres e dos jovens. As iniciativas de constituição de fundos públicos para o financiamento da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais ainda são pouco numerosas e de baixa dimensão orçamentária.

Iniciativas inovadoras debatidas em nosso Encontro apontam caminhos promissores para a reformulação da lógica de financiamento público da agroecologia. São elas: o Programa Camponês, no Rio Grande do Sul; a experiência da Emater, na Paraíba, para desbloquear normativas e procedimentos bancários

para a concessão do crédito Pronaf; o Fundo Dema, no Pará, para financiamento de projetos elaborados por comunidades camponesas, extrativistas e indígenas; e o Programa Ecoforte de apoio a redes territoriais de agroecologia.

Esses exemplos são demonstrações inequívocas da possibilidade de reformulação da lógica de financiamento em coerência com as necessidades e perspectivas da agroecologia. Em primeiro lugar, eles reconhecem a capacidade de as próprias famílias, comunidades e redes territoriais de agroecologia elaborarem seus próprios projetos de financiamento, livrando-se das imposições tecnocráticas do sistema de crédito agrícola. Em segundo lugar, demonstram a capacidade de gestão de fundos públicos não reembolsáveis por parte de organizações sociais. Em terceiro lugar, apontam a importância da canalização de recursos públicos oriundos de multas aplicadas aos crimes ambientais para a composição de fundos de apoio à agroecologia. Nesse sentido, são expressões da coprodução e controle social das políticas públicas, condições indispensáveis para a democratização do Estado.



## MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AGROECOLOGIA

Os povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultores/as familiares e camponeses/as são os/as mais impactados/as pelos efeitos das mudanças climáticas, potencializados pela implantação de grandes empreendimentos minerais, agropecuários, energéticos e de infraestrutura, base da perspectiva hegemônica de desenvolvimento. Esses efeitos intensificam as vulnerabilidades sentidas nos territórios. Ao mesmo tempo, determinadas políticas e programas de compensação ambiental produzem ameaças aos direitos territoriais, ao livre acesso e manejo da agrobiodiversidade, tornam comunidades reféns de contratos e criminalizam suas formas tradicionais de produção, tornando-se, nesse caso, “falsas soluções”.

Reafirmamos que os modos de vida dessas populações e as práticas agroecológicas apresentam-se como as verdadeiras soluções para a superação da crise ambiental e climática. É necessário afirmar a Justiça Climática e a garantia dos Direitos Territoriais e da Reforma Agrária como elementos fundamentais para a construção de estratégias de resiliência social e ecológica às mudanças do clima, afirmando: “Território tem gente e a natureza tem gente”.

As políticas voltadas para o enfrentamento das mudanças climáticas, previstas no Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC), e para a implementação dos compromissos brasileiros de mitigação da emissão dos gases de efeito estufa (Compromissos Nacionalmente Determinados - NDC), assumidos junto à Convenção-Quadro para Mudanças do Clima (UNFCCC), precisam ser elaboradas com ampla participação e consulta às comunidades, aos movimentos

sociais de povos indígenas, aos povos e comunidades tradicionais, aos/às agricultores/as familiares e às organizações da sociedade civil, permitindo sua emancipação e autonomia.

É necessário reconhecer, nesse âmbito, políticas estruturantes construídas pelo campo agroecológico e por povos indígenas e comunidades tradicionais, como o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), a Política de Garantia de Preço Mínimo para a Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), o Programa de Convivência com o Semiárido, o Programa SANEAR Amazônia, a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI) e a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Quilombolas (PNGAQ).

Nossa proposta agroecológica é um contraponto à sociedade petroleira, baseada em agrotóxicos, na homogeneização das formas de produção e consumo e nos circuitos longos de comercialização. Experiências brasileiras e de outros países latino-americanos, relatadas durante o seminário temático, convergem no reconhecimento do variado conjunto de práticas e dos modos de vida que avançam na proteção da sociobiodiversidade e da conservação do solo, da floresta, da água e das sementes, constituindo as bases que deverão orientar o enfrentamento definitivo das causas das mudanças climáticas e a adaptação às consequências que já estão sendo sentidas.



## COMUNICAÇÃO E CULTURA POPULARES: TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS DA AGROECOLOGIA

Os meios de comunicação corporativos não reconhecem nem visibilizam a diversidade cultural do nosso país. A Constituição Federal, que em 2018 está completando 30 anos, traz artigos no sentido de vetar o oligopólio da mídia, mas esses dispositivos até hoje não foram regulamentados. De lá para cá, houve poucas conquistas no setor. A radiodifusão permanece concentrada na iniciativa privada, assim como as telecomunicações.

Após o Golpe de 2016, os pouquíssimos avanços nas Políticas de Comunicação, como o Marco Civil da Internet, estão sendo comprometidos. A área da Cultura, que tinha conquistado mais espaço, também sofreu ataques, a exemplo das ameaças à Lei Cultura Viva, aos Pontos de Cultura, aos museus e a muitos equipamentos culturais no campo e nas cidades. A internet, que deveria ser vista como um direito, sendo universalizada, pública e gratuita, segue sendo cada vez mais mercantilizada por transnacionais. A massificação das redes sociais promoveu um desaguar de temas represados pela mídia corporativa. Lutas por direitos ganharam mais visibilidade e pessoas e grupos passaram a ser emissores de conteúdo, e não apenas receptores de informações. Mas, ao mesmo tempo, lembramos que nossos dados têm sido fontes de negócios. Aprofundar o tema e criar enlaces entre ele e a luta agroecológica se mostra um desafio.

Neste IV ENA, demos passos importantes para integrar experiências de Comunicação e Cultura Populares em favor da agroecologia. A comunicação comunitária, popular, alternativa

e livre faz cada vez mais parte da agroecologia. Os teatros, bonecos, cordéis, músicas, místicas, dentre outras expressões, quando contextualizadas, tornam-se grandes ferramentas para fortalecer nossas narrativas sobre a sociedade que queremos e estamos construindo. Pensar a Cultura e a Comunicação na Agroecologia é repensar nossa história, tendo como princípio as perspectivas apresentadas pelos povos indígenas, quilombolas, povos tradicionais de matriz africana, povos de terreiro e comunidades tradicionais. Isso é colocar em primeiro plano a perspectiva desses povos. A comida, a espiritualidade, a música, a ornamentação e as bioestruturas, construídas neste IV ENA, são expressões das práticas culturais cotidianas dos povos e nos apontam modos distintos de viver e de se relacionar com os lugares e com as pessoas.

A Comunicação e a Cultura são formas de construção de conhecimentos e ampliação dos diálogos entre campo e cidade. Entretanto, é um desafio para o campo agroecológico assumir esses eixos de luta como políticos, não só como ferramentas e instrumentos de registro, divulgação ou entretenimento.

Defendemos a Comunicação e a Cultura como direitos e como bens comuns. A democratização da comunicação e o respeito e fomento à diversidade cultural são centrais nas lutas pela radicalização da democracia. O IV ENA é um grande encontro das diversidades dos povos e de suas culturas: uma grande festa em luta, uma grande luta em festa! Festa é luta! Luta é festa!



## JUVENTUDES E AGROECOLOGIA: O CAMPO E A CIDADE NA LUTA PELA AGROECOLOGIA

As juventudes do campo, das águas, das florestas e das cidades presentes no IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) reafirmam e denunciam as diversas violências sofridas, em especial aquelas contra as mulheres e meninas, o extermínio da juventude negra, a LGBTIfobia e o crescimento dos conflitos fundiários contra povos e comunidades tradicionais. Somado a essas violências, também trazemos nosso repúdio ao intenso processo de fechamento das escolas do campo, fenômeno esse que contribui para o esvaziamento e a desterritorialização das juventudes camponesas. Em um contexto de algumas recentes conquistas para a juventude, mas também de contínua luta, o Golpe de 2016 e a intervenção militar no Rio de Janeiro têm acelerado a retirada e o sucateamento desses direitos. Os constantes ataques à democracia brasileira têm refletido fortemente na vida dos/as jovens impondo entraves no acesso à terra, dificultando a participação política da juventude, diminuindo as possibilidades de geração de renda no campo, ameaçando a soberania e segurança alimentar e nutricional, e atacando a afirmação das múltiplas identidades jovens: negras, camponesas, das florestas, indígenas, feministas, LGBTIs etc.

Reafirmando que “A nossa ousadia é o campo e a cidade na luta pela agroecologia”, as diversas juventudes presentes no IV ENA destacaram que se mantêm articuladas e mobilizadas em suas diversidades, aglutinando estratégias de luta e participação frente às problemáticas vivenciadas.

A juventude anuncia a urgência do rompimento da falsa dicotomia entre campo e cidade, compreendendo que só a unidade entre as resistências conseguirá produzir um novo paradigma para a produção de alimentos e para o campo brasileiro.

É tempo também de construir uma comunicação popular que possibilite espaço para as nossas narrativas e resistências.

A juventude quer debater gênero nas escolas, implementar a política de sucessão rural, defender territórios livres de agrotóxicos, aprofundar suas experiências de agricultura urbana, criar territórios livres de machismo e LGBTIfobia e consolidar suas autonomias. Tudo isso será construído a partir da inovação no diálogo entre nossas expressões culturais, entendendo que nossas solidariedades políticas se construirão de forma criativa com a cara da irreverência e radicalidade das juventudes.



## EDUCAÇÃO DO CAMPO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO

A construção e a consolidação do Movimento da Educação do Campo e do Movimento Agroecológico são frutos das lutas históricas e das resistências dos movimentos sociais do campo e da cidade. Nesse contexto, denunciemos o Golpe de 2016 e a Emenda Constitucional N°95/2016, que retirou direitos historicamente conquistados, congelando os investimentos públicos em Educação e outras políticas sociais por 20 anos. Denunciamos a descontinuidade do investimento em políticas públicas, como a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com enfoque agroecológico, e a desvalorização da Pedagogia da Alternância. Também destacam-se, nesse contexto, o sistemático fechamento de escolas do campo e a falta de garantias que possibilitam o acesso e a permanência de jovens camponeses/as na Educação Básica e no Ensino Superior.

Entendemos que os processos educativos não ocorrem somente nas instituições formais de ensino. Estamos convencidos/as de que é urgente romper com a monocultura do saber. Destacamos os Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) como ferramentas de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e a ATER Agroecologia como política facilitadora da autonomia dos territórios.

A interface entre a Agroecologia e a Educação do Campo é fundamental para superar a oposição campo-cidade, tendo, em suas práticas sociais, políticas e pedagógicas, processos orientados por intencionalidades e princípios comuns de ações transformadoras da realidade, promovendo a construção de um projeto popular.

## MOVIMENTO AGROECOLÓGICO: CONQUISTA DAS LUTAS POPULARES

O IV ENA foi uma demonstração inequívoca do crescimento do movimento agroecológico no Brasil. Antes de tudo, esse crescimento é uma conquista das lutas populares pela democratização do Estado e da sociedade brasileira. Nosso Encontro mostrou a força da luta das mulheres contra o patriarcado e o machismo. Sob o lema “Sem feminismo não há agroecologia”, na luta contra a invisibilidade e a violência, as mulheres vêm conquistando seus espaços de direito, fazendo suas vozes e anseios ecoarem cada vez mais alto, elevando o movimento agroecológico a um novo patamar na luta pela democracia. Com firmeza, as mulheres negras afirmaram o quanto ainda é mais cruel a violência sofrida por elas e apontam a urgente necessidade de que o movimento agroecológico levante a seguinte bandeira: “Se tem racismo não há agroecologia”.

As juventudes presentes deixaram evidente que a agroecologia é uma utopia real: com suas próprias experiências e manifestações, que expressam coerência entre o discurso e a prática agroecológica, apontaram caminhos para o rejuvenescimento das agriculturas e dos sistemas agroalimentares, respeitando as diversidades de meios e modos de vida. As juventudes se posicionaram também na defesa da diversidade das orientações sexuais ao afirmarem que “Com LGBTIfobia não há agroecologia”.

Apesar dos riscos do atual momento histórico, a oportunidade de nos encontrarmos para debater os horizontes abertos à

democratização da sociedade a partir de nossas vivências nos dá a certeza de que somos portadores de boas notícias e de caminhos alternativos para a superação da lógica do capital, que dilacera a sociedade e dilapida a natureza. Essa certeza nos enche de coragem e alegria. O IV ENA foi a expressão condensada desses sentimentos.

Constatamos que nosso movimento se amplia e se enriquece pela construção de alianças políticas e pelo crescente engajamento de outros movimentos e coletivos que lutam pela democracia e pela sustentabilidade da vida.

A efetiva participação de representantes de organizações indígenas, quilombolas, extrativistas e de muitos outros povos e comunidades tradicionais é uma expressão de que a agroecologia se encontra com ela mesma, com suas raízes fundadoras. Esse é um avanço decisivo para reafirmar a essência de nosso movimento e nos prevenirmos contra as tentativas de cooptação que pretendem reduzir a agroecologia a um enfoque tecnocrático de “esverdeamento” da agricultura industrial.

A presença em nosso Encontro de companheiros/as do movimento pela agroecologia de outros países evidencia que a nossa luta por transformações estruturais é internacional e que devemos ampliar nossas redes de solidariedade e intercâmbio entre as organizações populares do campo agroecológico de todo o mundo.

Geodésicas de bambu, reciclagem popular de resíduos em parceria com movimentos de catadores/as, alimentos ecológicos produzidos, preparados e servidos por trabalhadores/as sem terra, tenda da saúde com práticas terapêuticas populares, ciranda infantil, trocas de sementes, feira de saberes e sabores com produtos dos territórios conquistados e defendidos e partilha de conhecimentos, valorizando as culturas populares, são expressões da economia do cuidado, da reciprocidade e da solidariedade. Essas práticas vivenciadas em nosso Encontro

demonstram como a agroecologia é central para a construção de outras economias e outras relações sociais que se opõem à privatização dos bens comuns e à mercantilização da vida próprias da lógica do capital.

Permaneceremos mobilizados/as, a partir de nossos territórios, na luta para que a agroecologia e o protagonismo da sociedade civil organizada sejam reconhecidos e promovidos pelas políticas públicas do Estado em todos os níveis e esferas de poder. No imediato, isso significa nossa defesa enfática da realização de eleições livres e democráticas. Significa também somarmos nossa voz em defesa da liberdade do ex-presidente Lula.

Reafirmamos nossa firme determinação de fortalecer a Articulação Nacional de Agroecologia enquanto uma rede de redes, em diálogos e convergências com diferentes segmentos da sociedade, no campo e na cidade. Somente com o compromisso de buscar a unidade na diversidade seremos capazes de dar passos rumo à construção de um projeto democrático e popular para o Brasil. Temos a clareza da dimensão estratégica da aliança entre a comunicação popular e a educação do campo para fortalecer as lutas contra-hegemônicas.

Continuaremos empunhando nossas bandeiras e cultivando, no campo, nas florestas, nas águas e na cidade, a consciência de que a construção da agroecologia e da democracia está em nossas mãos.

Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade!  
Viva a Articulação Nacional de Agroecologia!  
Viva a Luta dos Povos!

Belo Horizonte, 03 de junho de 2018



REALIZAÇÃO



PARCERIAS



APOIO



INICIATIVAS

